

08/04/2021 13:10:46 - POLÍTICO

ANAFE PEDE PERÍODO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ANTES DE INDICAÇÃO DE AGU, PGR E DPG A CARGOS STF

Por Pedro Caramuru

São Paulo, 08/04/2021 - A Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) divulgou posicionamento nesta quinta-feira (8) favorável a "um período de quarentena" antes que servidores públicos que executam funções essenciais à Justiça no País possam assumir indicações nas cortes superiores do País, notadamente o Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os exemplos estão o advogado-geral da União (AGU), o procurador-geral da República (PGR) ou o defensor público-geral federal (DPG).

Segundo a associação, a medida é "urgente e necessária ao incremento do caráter público e republicano das instituições encarregadas do exercício das funções essenciais à justiça, com destaque para a Advocacia-Geral da União". O atual titular do cargo, André Mendonça, é cotado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para ocupar um cargo na Suprema Corte. O ministro Marco Aurélio, do STF, anunciou aposentadoria para 5 de julho.

Mendonça recentemente atraiu atenção para si, depois de cumprir orientações do chefe e defender a liberação de cultos religiosos durante o período mais grave da pandemia que o País enfrenta. Segundo o advogado-geral da União, "verdadeiros cristãos jamais estão dispostos a matar, mas estão sempre dispostos a morrer para garantir a liberdade de religião e culto".

Para a Anafe, "a AGU tem sido reduzida a mera correia de transmissão das escolhas do Chefe do Poder Executivo, sem compromisso com manter uma linha de coerência com teses institucionalmente defendidas" e ressaltou o risco de captura das instituições de Estado por interesses particulares. "Apesar de sua relevância para a edificação do Estado Democrático de Direito, dos princípios e direitos fundamentais e dos valores democráticos, a AGU permanece um arranjo mal-acabado", avalia a entidade.

Por isso, segundo a associação, a quarentena do AGU, do PGR e do defensor público-geral seria "um passo importante em favor da blindagem das instituições que eles chefiam da excessiva influência de fatores políticos, incrementando a realização de sua missão institucional".

No caso específico da AGU, a quarentena teria que ser combinada, com outras medidas voltadas a impedir "a sua captura política, como a limitação da escolha do advogado-geral da União e dos ocupantes de funções estratégicas, técnicas e de gestão aos integrantes das respectivas carreiras, e o reforço das garantias institucionais necessárias a assegurar a independência dos advogados públicos federais", reforçou o texto.

Contato: pedro.caramuru@estadao.com

Para saber mais sobre o **Broadcast Político**, entre em contato com comercial.ae@estadao.com